**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 233/2023**

**1 - PREÂMBULO:**

**1.1 - A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, sito na Avenida Weimar Gonçalves Torres, nº 862 - Centro, por meio da Sra. Viviane Ribeiro Bogarim Capilé, Gerente de Finanças e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 035/2022 torna público que a equipe de Pregoeiras instituída pelas Portarias nº. 341 e 342 de 18 de julho de 2023 para receber as documentações e proposta para licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **“Menor preço - Unitário”**, o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17.07.2002 subsidiariamente à Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 055 de 17 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 091 de 14 de dezembro de 2005;

**1.2** - Os trabalhos serão conduzidos por pessoa física capacitada, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento constante da página eletrônica https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 “**Acesso Identificado**”.

**1.3 -** Recebimento das propostas das **08h30min** do dia **17/08/2023** até as **08h29min** do dia **31/08/2023** (horário de Brasília).

* Abertura e julgamento das propostas **08h30min** do dia **31/08/2023** (horário de Brasília),
* Início da sessão de disputa de preços às **08h35min** do dia **31/08/2023** (horário de Brasília).

**1.3.1 - REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).**

**1.4 FORMALIZAÇÕES DE CONSULTA/ENCAMINHAMENTOS:**

1. Todos e qualquer solicitação de esclarecimento e ou impugnação deverá ser realizado via plataforma.

**2 - OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**2.1 -** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA PANORÂMICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDOS DE SERVIÇOS Nº 278/2023 E Nº 279/2023,** com as características descritas no anexo 01.

**2.2** - A estimativa de quantidade mínima e máxima e a discriminação detalhada do produto objeto deste edital constam no Termo de Referência, anexo I, qual faz parte integrante deste Edital.

**3. TERMOS DE REFERÊNCIA:**

**3.1 - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REQUISITOS DE ACEITABILIDADE**

**3.1.1 - Das Condições de Prestação dos Serviços:**

**3.1.1.1 -** Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Centro de Especialidades Odontológicas pelo Cirurgião Dentista após avaliação do paciente e emissão de requisição.

**I.** A requisição será entregue na empresa licitante vencedora do certame para agendamento do paciente e realização do exame radiográfico.

**3.1.2 - Dos Requisitos de Aceitabilidade:** Os serviços deverão atender rigorosamente às especificações contidas no termo de referência, no que diz respeito às informações técnicas, quantidade e qualidade solicitada, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis, ao bom funcionamento do serviço a serem licitados.

**3.1.3 -** A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas dos materiais, bem como anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

**3.1.4 -** A prestação dos serviços deverá será acompanhado pelo fiscal do contrato e/ou por um servidor designado para tal função, que será responsável pela conferência dos materiais utilizados para a execução dos serviços.

**3.1.5 -** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços prestados pelo prazo não inferior que aquele destinado a aquisições de serviços no **CDC- Código de Defesa do Consumidor**, obrigando-se a reporar aquele que apresentar irregularidades ou for apresentado em desacordo com o termo de referência (anexo 01) ou na proposta (anexo 02).

**3.2 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**3.2.1 - Do Recebimento**: Os serviços prestados deverão ser condizentes com o especificado no Termo de Referencia, sendo possível o encaminhamento da NF para o Setor do Núcleo de Compras da Gerência solicitante, para posterior encaminhamento para o setor financeiro providenciar a liquidação e pagamento da NF.

**3.2.1.1 -** A contratada está sujeita à fiscalização dos materiais utilizados para a prestação dos serviços e posteriormente, reservando-se à Gerência Solicitante o direito de solicitar a reparação dos serviços executados, caso este não se encontre em condições satisfatórias e/ou não atenda às exigências contidas no Edital.

**3.2.2 -** A licitantes vencedoras ficarão obrigadas a trocar as suas expensas o qual vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação, as adjudicatárias garantirão a qualidade da Radiografia Panorâmica, obrigando-se a repor aquele que apresentar distorção, manchas ou for entregue em desacordo com as especificações dos descritivos do serviço.

**3.3 - FORMA DE PAGAMENTO**

**3.3.1 - Da Forma de Pagamento**: O pagamento será feito pela Administração Municipal de Naviraí/MS, em até 30 (trinta) dias após a data da execução dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

**3.4 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

**3.4.1 - A Quantidade:** O quantitativo do bem a ser fornecido será enviado aos fornecedores por meio de comunicação formal (ORDEM DE FORNECIMENTO), elaborada pela Gerência Solicitante conforme demanda de suas necessidades.

**3.4.2** - **Despesas:** Ao preço da contratação já deve estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação.

**3.5 - PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.5.1 -** As radiografias panorâmicas deveram ser entregues e protocolizadas no Centro de Especialidades Odontológicas no prazo de **07 (sete) dias** úteis a contar do recebimento da requisição devidamente assinada e autorizadas.

**3.5.2 -** As Radiografias entregues deverão atender rigorosamente às especificações de seus descritivos e estar de acordo com o Termo de Referência.

**4 - DOCUMENTOS ANEXOS**

**4.1 -** Para que se efetue o cadastro, todos os participantes do Pregão deverão anexar o “Contrato Social ou documento equivalente”, na página da BLL, quando do cadastramento da proposta, em local próprio para documentos e não junto com a proposta, para não ser desclassificado pela identificação.

**Obs. Esse documento só estará disponível após o encerramento da disputa do Pregão.**

**5 - COMPÕEM ESTE EDITAL, OS ANEXOS:**

* **ANEXO 01** - TERMO DE REFERÊNCIA.
* **ANEXO 02** - FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE.
* **ANEXO 03** - ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
* **ANEXO 04** - MINUTA DO CONTRATO.
* **ANEXO 05 -** INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO CONTRATO.
* **ANEXO 06 -** DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES.
* **ANEXO 07** - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES.
* **ANEXO 08** - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE HABILITAÇÃO.
* **ANEXO 09** - DECLARAÇÃO DE NÃO NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTO NA LEI 123/06, 147/2014.
* **ANEXO 10** - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TEOR DE EDITAL (Declaração de Responsabilidade).
* **ANEXO 11** - DECLARAÇÃO DE EM SEU QUADRO DE COLABORADORES NÃO INTEGRAM NENHUM AGENTE PUBLICO (Declaração de Inexistência de Parente).
* **ANEXO 12** - FICHA DE CADASTRO.

**6 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**6.1 -** O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por meio do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**.

**6.2 -** Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Naviraí/MS, denominado Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1).

**7 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

**7.1 -** A **licitante** deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

**7.2 -** O valor deve ser apresentado na plataforma digitado eletronicamente, obedecendo regularmente o campo para preenchimento. Contendo todas as informações exigidas no referido formulário (valor unitário e marca), constando o preço do item, expresso em reais (R$), com até **02 (dois) dígitos** após a vírgula no valor unitário. Em caso de alguma divergência de valor, prevalecerá o disposto na plataforma.

**8 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**8.1 -** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas em **Serviços de diagnóstico por imagem,** credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**8.2 -** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**.

**8.3 -** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**8.4 -** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

**Parágrafo único –** Poderá participar da licitação, a licitante que estiver em **processo de recuperação judicial**, mediante apresentação da Autorização emitida pelo **juízo competente**.

**8.5 -** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou por meio de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o encerramento do recebimento das propostas.

**8.6 -** O cadastramento do licitante deverá ser requerido no site: https://bll.org.br/cadastro/

**8.7 - Os interessados que tiverem quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional, poderão esclarecê-las ou por meio de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais-PR (41) 3097-4600 ou (41) 3148-9870, ou por meio da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)**

**9 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**9.1 -** O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**a)** acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

**b)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

**c)** abrir as propostas de preços;

**d)** analisar a aceitabilidade das propostas;

**e)** desclassificar propostas indicando os motivos;

**f)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

**g)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

**h)** declarar o vencedor;

**i)** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

**j)** elaborar a ata da sessão;

**k)** encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

**l)** abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

**10 - credenciamento NO SISTEMA LICITAÇÕES da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES**

**10.1 -** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão credenciar-se junto à plataforma **Bolsa de Licitações e Leilões**, nos termos que exigidos pela lei e nas normas administrativas da empresa para operar no site: https://bll.org.br/cadastro/

**10.2 -** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou por meio de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**10.3 -** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**10.4 -** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.**

**10.5 -** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**10.6 -** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**10.7 - DO CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.**

**10.7.1 -** Existe um valor cobrado somente do Licitante pela utilização do Sistema, o qual corresponde a uma taxa variável. Esta taxa é cobrada **somente dos Licitantes vencedores das Licitações**. As condições de cobrança seguem nos parágrafos abaixo.

**§ 1º.** Em Licitações nas quais o Promotor **não opta** por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes serão de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**§ 2º.** Em Licitações nas quais o Promotor **opta** por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes serão de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**§ 3º.** Em Licitações de Lances por Maior Desconto e para finalidade de Registro de Preço ou Aquisição, o formato de cobrança para os licitantes serão de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote empenhado, com vencimento em 15 dias após o levantamento dos empenhos, limitado ao teto máximo de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

**10.7.2** - O não pagamento das cobranças mencionadas nos artigos acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BLL, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.

**10.7.3 -** Em caso de cancelamento da Licitação realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o Licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

**Parágrafo único -** Para melhores esclarecimentos acessar o endereço eletrônico **https://bll.org.br/wp-content/uploads/2021/02/REGULAMENTO-BLL.pdf**

**11 - participação**

**11.1 -** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**11.2 -** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**11.3 -** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou por meio de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais-PR (41) 3097-4600, por meio da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br)

**12 - abertura DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**12.1 -** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**12.2 -** Aberta à etapa competitiva, os representantes das empresas deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**12.3 -** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**12.4 -** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**12.5 - Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, durante a disputa de lances, não é possível corrigir lances de proposta ou depois da fase de lances.**

**12.6 -** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

**12.7 -** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**12.8 -** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**12.9 -** No modo de disputa **ABERTO**, de que trata o inciso I do caput do art. 31, Lei 10.024/2019, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**a)** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**b)** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida na alínea “a”, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**c)** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos da alínea “a”, o pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, Lei 10.024/2019, mediante justificativa.

**12.10** - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

**12.11** - Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm" \l "art44) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm" \l "art45), seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm" \l "art3§2), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**12.12** - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**12.13** - **Os documentos relativos à habilitação,** (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP) enviar também o **Anexo 08**, **deverão ser fixados na plataforma em campo próprio.**

**12.14** - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**12.15** - Caso não sejam apresentados lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**12.16** - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**12.17 - Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o sistema aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) Pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.**

**13 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

**13.1 -** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**13.2 -** No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, informadas no campo próprio o **VALOR UNITÁRIO**,a não inserção implicará a **DESCLASSIFICAÇÃO** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**Obs.:** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 02**, havendo divergência, só poderá haver exame de aceitabilidade, pelo (a) pregoeiro (a), se o ofertado estiver acima dos parâmetros mínimos solicitados no termo de referência.

**13.3 - A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.**

**13.4 - Na hipótese do licitante ser, ME/EPP, o sistema importa esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.**

**13.5 -** É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO, DECRETO FEDERAL 10.024/2019 ART. 30 PARÁGRAFO 5º.

**13.5.1** - Dessa forma a pregoeira (o) não atenderá nenhuma licitante por telefone e-mail ou qualquer meio de comunicação que não seja a plataforma. Toda e qualquer tentativa de comunicação por outro meio que não seja a plataforma, será ignorada pela pregoeira/ (o) equipe de apoio.

**14** – **PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

**14.1 - Na proposta escrita deverão conter:**

1. Valor unitárioexpresso em reais (R$), com até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

**b)** O valor dos impostos já deverá estar computado no valor dos itens/serviços licitados;

**c)** O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

**d)** Data e assinatura do Representante Legal da proponente, enviado posterior à fase de lance, como documento complementar.

**14.1.1 -** Os serviços licitados deverão ser executados rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregues em local indicado na Ordem de Execução de Serviço (ORDEM DE FORNECIMENTO).

**14.1.2 -** Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço para o item.

**14.1.3 -** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes aos produtos, observando a necessidade do município, bem como custear enviou e/ou devolução dos produtos que não forem aceitos por descumprimento do Termo de referência.

**14.1.4 -** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**14.2** - **Da Proposta Readequada:** A Empresa vencedora deverá enviar ao Pregoeiro (a) em campo próprio da plataforma, a Proposta de Preços escrita, com o valor oferecido após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, celular atualizado, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado pela Pregoeira durante o certame, conforme item **14.2.3** deste Edital.

**14.2.1 -** A empresa vencedora de cada lote fica, caso a Pregoeira solicite, **OBRIGADA** a apresentar o formulário de “**Proposta Readequada**” com os valores finais, respeitando o preenchimento formal do formulário com as informações solicitadas no mesmo, inclusive informando VALOR UNITÁRIO FINAL/MARCA/MODELO/ASSINATURA/NUMERO DE REGISTRO/AFE-PUBLICAÇÕES (quando for o caso).

**14.2.2** - Quando o objeto licitado exigir maiores detalhamentos ou informações adicionais sobre o lote, à empresa licitante melhor classificada/vencedora, ficará **OBRIGADA**, a apresentar em sessão, documentos complementares solicitados pela Pregoeira, os quais deverão acompanhar a PROPOSTA READEQUADA, documento este de **envio obrigatório.**

**14.2.3 -** Dos **prazos** para inserção da PROPOSTA READEQUADA, que deverá respeitar campo próprio e tempestividade;

|  |  |
| --- | --- |
| **QUANTIDADE DE LOTE** | **TEMPO** |
| 001 a 050 | Até 30 (trinta minutos); |
| 051 a 100 | Até 01 (uma hora); |
| 101 a 150 | Até 01h30min (uma hora e trinta minutos); |
| 151 a 200 | Até 02 (duas horas); |
| Acima de 200 | Até 24 (vinte e quatro horas). |

**Parágrafo Único -** Fica facultativo ao pregoeiro (a) dilatar o prazo para apresentação do documento mencionado acima, quando o objeto exigir. Tal decisão é fundada no princípio da razoabilidade e discricionariedade do pregoeiro (a). O prazo só terá início, a partir do anúncio do pregoeiro (a).

**15 - DAS CONDIÇÕES E GARANTIA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**15.1** - Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Centro de Especialidades Odontológicas pelo Cirurgião Dentista após avaliação do paciente e emissão de requisição.

**I.** A requisição será entregue na empresa licitante vencedora do certame para agendamento do paciente e realização do exame radiográfico.

**15.1.1** - As radiografias panorâmicas deveram ser entregues e protocolizadas no Centro de Especialidades Odontológicas no prazo de **07 (sete) dias** úteis a contar do recebimento da requisição devidamente assinada e autorizadas.

**15.2** - Os serviços deverão atender rigorosamente às especificações contidas no termo de referência , no que diz respeito às informações técnicas, quantidade e qualidade solicitada, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis, ao bom funcionamento do serviço a serem licitados.

**15.3 -** A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas dos materiais, bem como anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

**15.4 -** A prestação dos serviços deverá será acompanhado pelo fiscal do contrato e/ou por um servidor designado para tal função, que será responsável pela conferência dos materiais utilizados para a execução dos serviços.

**15.5** - A contratada está sujeita à fiscalização dos materiais utilizados para a prestação dos serviços e posteriormente, reservando-se à Gerência Solicitante o direito de solicitar a reparação dos serviços executados, caso este não se encontre em condições satisfatórias e/ou não atenda às exigências contidas no Edital.

**15.6 -** A licitantes vencedoras ficarão obrigadas a trocar as suas expensas o qual vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação, as adjudicatárias garantirão a qualidade da Radiografia Panorâmica, obrigando-se a repor aquele que apresentar distorção, manchas ou for entregue em desacordo com as especificações dos descritivos do serviço.

**15.7 -** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços prestados pelo prazo não inferior que aquele destinado a aquisições de serviços no **CDC- Código de Defesa do Consumidor**, obrigando-se a reporar aquele que apresentar irregularidades ou for apresentado em desacordo com o termo de referência (anexo 01) ou na proposta (anexo 02).

**Parágrafo único -** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços, não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

**16 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS**

**16.1 -** Para julgamento será adotado o critério de Menor preço - Compras - Unitário por item, observado o prazo para execução do serviço, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**16.2 - EM ATENDIMENTO, AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS:**

**16.2.1 -** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 05(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

**b)** no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem **16.2.1**, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

**c)** não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a'” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**16.2.2 -** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **16.2.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

**16.2.3** - O valor deve estar abaixo do valor máximo admito no processo (ampla pesquisa de mercado – valor médio), valores acima desses, não poderão ser adjudicados.

**16.3 -** O (a) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**16.4 -** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**16.5 -** De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**17 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**17.1 -** A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de **INABILITAÇÃO**:

**17.1.1 -** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes detentores das propostas classificada em primeiro lugar, para cada um dos itens, o (a) Pregoeiro (a) efetuará Consulta dos licitantes, pessoa jurídica pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>). Para verificar eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**17.1.2 -** A empresa deverá **fixar em plataforma** em campo próprio, para posterior analise do (a) Pregoeiro (a) ou Equipe de Apoio:

1. Cópia do documento de identificação (**cédula de identidade e CPF dos sócios**) dos representantes legais da empresa;
2. Declaração de Comprometimento dos Requisitos de Habilitação (**Anexo 08)**;
3. Procuração publica ou particular do representante legal da empresa, comprovando os poderes para representar comercialmente da empresa (Quando for o caso);
4. Cópia da documentação, observando a compatibilidade do objeto licitado, conforme o caso:

**I** registro comercial, no caso de empresa individual;

**II** ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, (caso o contrato social em vigor não apresente o nome do sócio administrador e o ramo de atividade da empresa, a mesma deverá apresentar também a alteração que contenha estes dados).

**III** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**IV** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

**17.2 -** Documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica:

**17.2.1 -** Prova de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ), da mesma licitante que irá participar deste Pregão, bem como, faturar e entregar o objeto licitado;

**17.2.2 -** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

**17.2.3 -** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

**17.2.4 -** Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF),** emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;

**17.2.5 -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidão);

**Parágrafo único -** Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**17.2.6 -** Certidão negativa de **falência ou concordata**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias;

**17.2.7 -** **Declaração** da licitante, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de **fatos supervenientes impeditivos** de contratação e habilitação com a administração pública, conforme **Anexo 06** deste edital;

**16.2.8 -** **Declaração assinada** por quem de direito, que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do **Anexo 07** deste edital;

**17.2.9 - Declaração conhecimento e aceitação do teor do edital** e ou **Declaração de Responsabilidade**, conforme modelo constante no **Anexo 10**, de que concorda integralmente e sem restrições, com todas as condições impostas por este processo licitatório;

**17.2.10 - Declaração** de que **NÃO possui impedimentos previstos no Art.9º na lei 8.666/1993.**

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação para fornecimento de bens, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Prefeitura Municipal de Naviraí/MS), conforme modelo constante no **Anexo 11**.

**17.3 - Apresentar** em campo próprio o **Balanço Patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

**Observação:** serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima):

* Publicadas em Diário Oficial ou, Publicadas em jornal de grande circulação ou, Fotocópia do registro na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, devidamente autenticada.

1. Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA.):

* Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, devidamente autenticados.
* O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo técnico contábil ou contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

1. Sociedade criada no exercício em curso:

* Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial de sede ou domicílio da licitante ou recebido/autenticado pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

**17.3.1 - Se a empresa licitante for optante pelo “Simples Nacional”, a mesma poderá apresentar o Balanço Patrimonial ou Declaração do Contador atestando e aprovando tal condição.**

**17.3.2 - Apresentar** a comprovação da boa situação econômico-financeira da Licitante será demonstrado com base nos seguintes parâmetros: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas a seguir:

**LG** = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**SG** = Ativo Total\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

**LC =** Ativo Circulante\_\_\_

Passivo Circulante

**Paragrafo único** - As empresas, devem **apresentar resultado** igual ou superior a 1 (um) em **todos** dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

**17.3.2.1 -** As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, como mencionado no item 17.3, **assinadas pelo técnico contábil ou contabilista responsável, devidamente registrado no CRC;**

**17.3.2.2 -** Se necessária à atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

**17.3.2.3 -** A empresa licitante **será inabilitada se não atingir os índices** acima, conforme demonstração das fórmulas, que devem ser **apresentadas em documento anexo** ao balanço patrimonial e devidamente assinado por técnico competente. Ausência do documento 17.3.2 implicará **inabilitação.**

**17.4 -** Apresentar formulário de proposta:

**I** - **Ser apresentada no campo próprio formulário** contido no instrumento convocatório, Anexo 02, ou em formulário próprio que deverá ser digitado eletronicamente, contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas;

**II -** Descrições das características dos serviços deverão atender ao termo de referência.

**III -** Preço unitário e total do objeto licitado, bem como preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta;

**IV -** Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente fornecerá o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), se houver;

1. Indicar ainda os dados de quem assinará o contrato: **nome completo, CPF, RG, endereço.**

**Paragrafo Único –** Posterior a fase de lance a empresa melhor classificada deverá encaminhar o formulário da Proposta de Preço nos termo do item **14.1**, salvo se não houver negociação, do anexo 02 devidamente preenchido em campo próprio da plataforma.

**18 - TRATAMENTO DIFERENCIADO**

**Para enquadramento dos benefícios da Lei 123/06 será necessário apresentar:**

**I -** Em se tratando de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão comprovar seu enquadramento em um dos regimes, mediante a apresentação da **Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas** de seu domicílio, conforme o caso, segundo disposição do art. 8º da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC n° 103 de 30.04.2007, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de **60 (sessenta) dias**. (**Certidão Simplificada da Junta Comercial)**

**II - Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP.,** firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, com data de emissão não superior a **30 (trinta) dias** da abertura da licitação.

**19 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO**

**19.1 -** Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**19.2 -** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão de recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar e solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

**19.2.1 -** Os documentos para impugnação/esclarecimento deverão ter o **mínimo de formalidade processua**l, sendo necessária a qualificação do interessado, (nome, CNPJ/CPF, endereço, endereço eletrônico e telefone de contato). Se o documento for apresentando em tempo inferior ao 5º dia que antecede a abertura da sessão da licitação, **deverá** ser encaminhado, documento que comprove que a empresa tem **objeto social compatível com o objeto da licitação** (Art. 41, 8.666/93).

**19.3 -** Não serão conhecidas às impugnações/esclarecimentos interpostos, quando já decorridos os respectivos prazos legais ou aquelas que não forem apresentadas com o mínimo de formalidade item **19.2.1** ou ainda, em campo não próprio (plataforma).

**19.4 - O (a) pregoeiro (a) terá até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento de documento, para manifestar se sobre o que foi suscitado procedendo aos encaminhamentos necessários, lembrando que as impugnações não tem efeito suspensivo.**

**19.5 -** Ao final da sessão, o proponente que desejar **recorrer** contra decisões do (a) Pregoeiro (a) poderá fazê-lo, **por meio da plataforma em campo próprio**, manifestando **motivadamente** sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes **obrigatório** juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias com o **mínimo de formalidade**. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**19.5.1 -** Prazo de recurso será aberto, no sistema, apenas após a proclamação do (a) pregoeira (a) em habilitar ou não as empresas com as melhores ofertas.

**19.5.2 -** O prazo para se manifestar intenção de apresentar recurso será de **30 (trinta) minutos** a partir na proclamação do (a) Pregoeiro (a).

**19.6 - A falta de manifestação imediata e motivada em campo próprio, importará a preclusão do direito de recurso**.

**19.7 -** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**19.8 -** Os recursos contra decisões do (a) Pregoeiro (a) **não** terão efeito suspensivo.

**19.9 -** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.10** - O exame de admissibilidade dos motivos do **recurso** será feito pelo (a) pregoeiro (a), a partir das prerrogativas legais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

**19.10.1 -** O deferimento ou indeferimento, para a admissibilidade recursar será dado na plataforma em campo próprio e os recorrentes deverão ficar atentos a todas as informações, inclusive aquela que informa prazo para apresentação da peça recursal, não será admitida nenhuma peça recursal fora do prazo indicado.

**19.10.1.1 - As Impugnações, Esclarecimentos e Os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio, respeitando sempre os termos da legislação vigente, sob o risco de não serem recebidos.**

**20 - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1 - A CONTRATADA** sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas advertência;

**20.1.1 -** De 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário **não** assinar o contrato ou **não** retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido.

* De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação dos serviços / objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida.

**20.1.2 -** O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

* 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega.

**20.1.3 -** Caso a vencedora não efetue a **prestação do serviço licitado**, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva **nota de empenho do item/serviço não entregue**, por inexecução total do objeto/serviço, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

* A multa será cobrada de forma de administrativa ou judicial.

**21 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**21.1 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da **CONTRATADA:**

**21.1.1 -** Prestar os serviços licitados com pontualidade.

**21.1.2 -** Efetuar a execução dos serviços licitados em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações deste Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**21.1.3 -** Executar os serviços de acordo com o pactuado, não sendo aceito, em hipótese alguma, produtos similares ao licitado.

**21.1.4 -** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**21.1.5 -** Não promover nenhuma alteração do fornecimento ou especificações do bem, sem a prévia aprovação, por escrito, do Município.

**21.1.6 -** Responder, na forma da lei, por perdas e danos eventualmente causados ao Município ou a terceiros.

**21.1.7 -** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**21.1.8 -** Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**21.1.8.1 -** Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos itens licitados e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

**21.1.9** - A vencedora do certame possibilitará a fiscalização pela Contratante quanto à execução, controle e supervisão dos recursos alocados aos seus contratos.

**21.1.10** - A empresa necessita estar dentro do perímetro urbano de Naviraí, caso não a empresa ficará responsável pelas despesas de ida e volta do paciente.

**21.1.11** - A licitante vencedora deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições.

**21.1.12** - As Radiografias serão entregues pela empresa adjudicatária conforme solicitações da Gerência, não se admitindo recusa da parte daquelas em decorrência de sobrecarga em sua capacidade instalada.

**21.1.13** - A fiscalização da execução das entregas abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas nas especificações do item, relacionado no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

**21.1.14** - A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos materiais entregues, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções (substituições) e comprovar a regularidade.

**21.2 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

**I** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

**II** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

**III** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**22 - FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO**

**22.1 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE DE FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO:**

**a) Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e, convocada, por meio de publicação no Diário da Assomasul (**[http://www.diariooficialms.com.br/assomasul/](http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/)**), para comparecer para** assinatura do documento de Ata de Registro de Preço ou Contrato. Quando o licitante **residir** no munícipio de NAVIRAÍ-MS, será convocado para **assinatura presencial**. Já quando o licitante **residir fora** do município de Naviraí, o documento **será** enviado por mecanismos eletrônicos, sendo assim, **será** aceito assinatura digital compatível com a **ICP BRASIL**.

**b)** A Contratada terá o **prazo de 06 (seis) dias para assinar Ata de Registro de preço que terá vigência de 12 (doze) meses, para posterior emissão da Autorização de Compra/Ordem de Serviço para o fornecimento dos materiais/produtos/serviços - objetos desta licitação. O mesmo prazo se aplica para eventuais contratos que possam ser formalizados.**

**22.2 -** Os serviços serão prestados e aceitos após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de prestação e aceitação dos **SERVIÇOS** constantes do (anexo 01- **TERMO DE REFERENCIA**) deste edital, e deverá ser reparados pela contratada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

**22.3 - A Contratada/Registrada terá 06 (seis) dias para efetuarem o cadastro no TCE/MS, em conformidade com a Resolução 065/2017.**

**22.3.1 -** O cadastro deverá ser feito no endereço eletrônico **[https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2f#/cadastro/cpf](https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2F" \l "/cadastro/cpf)**

**23 - PAGAMENTO**

**23.1** O pagamento será feito pela Administração Municipal de Naviraí - MS, em até 30 (trinta) dias após a data do recebimento dos **SERVIÇOS**, mediante a apresentação da Nota Fiscal a qual deverá estar em anexo:

1. Declaração assinada pelo Fiscal do Contrato no qual atesta, que a empresa se encontra em dia com suas obrigações fiscais; prova de regularidade com a **União, Município, FGTS, Trabalhista.**

**23.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado e/ou documento com todas as identificações da empresa, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento, bem como, devolver a Ordem de Execução de Serviço em original enviada pela Gerência Solicitante dos serviços. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**23.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**23.4 -** A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicados em decorrência da irregular execução contratual.

**23.5 -** A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

**23.6 -** A nota fiscal deverá ser preenchida com as descrições dos serviços constantes na Ordem de Execução de Serviços, bem como quantidade, valor unitário, valor total do item e valor total da nota, ou seja, em conformidade com a proposta de preço apresentada no processo licitatório.

**23.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo IPCA, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

**24** – **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**24.1 -** A despesa decorrente desta Licitação correrá à conta dos orçamentos dos exercícios, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa será consignado no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente**.**

**24.2 -** Os serviços licitados poderão ser solicitados por meio de **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO** ouinstrumento equivalentes ou poderá ser formalizado Contrato com entrega parcelada durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

**24.3 -** Para efeito deste registro considera-se Ordem de Execução de Serviço, aquela solicitação em que o quantitativo deverá ser entregue no máximo **07 (sete) dias,** após o recebimento de documento formal devidamente assinado pela gerência solicitante.

**24.4 -** O contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração, conforme a minuta anexa ao Edital.

**25** – **DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**25.1 -** As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

**25.2 -** A Administração Municipal **convocará formalmente** através de publicação no Diário Oficial dos Municípios (Assomasul) a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços. O **representante da empresa convocada** deverá comparecer dentro do prazo de **06 (seis) dias**, contados a partir da publicação, para assinatura do referido documento.

**25.3 -** O (a) Pregoeiro (a) poderá, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**25.4 -** O fornecedor que não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estipulado no item 22.2, ou se recusar em assinar a presente Ata será submetido às penalidades descritas no Artigo 7º da Lei 10.520/02.

**25.5 -** O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de **12 (doze) meses** a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios.

**25.6 -** A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, podendo ocorrer licitações específicas para a contratação do objeto, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**25.7 -** O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**25.8 -** A Administração Municipal monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais/serviços, de forma a avaliar o preço praticado no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados ou de fato que eleve os custos dos materiais/serviços registrados.

**25.9 -** O fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias primas, listas de preços de fabricante etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

**25.10 -** Na hipótese de não aceitação da justificativa apresentada, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total – 30% (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho – caso a empresa não mantenha o compromisso assumido.

**25.11 -** Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

**25.12 -** Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela Administração Municipal para o objeto pesquisado.

**25.13 -** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:

1. **I.** Por iniciativa da **Administração**:

**a)** quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**b)** se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

**II.** Por iniciativa do **fornecedor**:

**a)** mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;

**b)** quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV , XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo primeiro -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**Parágrafo segundo -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se cancelado o preço registrado.

**Parágrafo terceiro -** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal de Naviraí, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

**Parágrafo quarto -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

**Parágrafo quinto -** Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Naviraí poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**26** – **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**26.1 -** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 055 de 17 de Julho de 2014.

**26.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da **Ata de Registro de Preços**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**26.3 -** As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**26.4 -** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**26.5 -** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas da Ata de Registro de Preço, ou de eventuais cláusula contratual, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

**26.6 -** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em **até noventa dias**, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**26.6.1 -** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**27** – **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**27.1 -** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Naviraí/MS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**27.2 -** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**27.3 -** É **facultado ao Pregoeiro**, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo ou ainda **ajustar o julgamento** aos entendimentos/julgados.

**27.4 -** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**27.5 -** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**27.6 -** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**27.7 -** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes via plataforma.

**27.8 -** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.

**27.9 -** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**27.10 -** Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**27.11 -** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Naviraí, Estado Mato Grosso do Sul, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).

**27.12 -** O (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, atenderão aos interessados no horário das 07h às 13h (horário de Mato Grosso do Sul), de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Naviraí/MS, para melhores esclarecimentos, que não impliquem em resposta de Decisão.

**27.13 -** A documentação apresentada para fins de habilitação fixada na plataforma, da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não poderão ser retiradas a pedido do proponente.

**27.14 -** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

**27.15 - Do Valor estimado ou valor máximo aceitável aplica-se nesta modalidade o que dispõe o Art. 15 do Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019:**

* O valor máximo estimado para a contratação, **R$ 57.375,00 ( cinquenta e sete mil e trezentos e setenta e cinco reais ).**

**27.15.1 -** Caso o licitante queira **conhecer os valores de cada item** constante no edital, o mesmo deverá se dirigir até o Núcleo de Licitações e Contratos, situado na Avenida Weimar Gonçalves Torres, 862 - Centro, no horário das 07h:00min às 13h:00min (horário local), munido de Requerimento, solicitando Vistas ao Processo.

**27.16** As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

**27.17** Atendida à conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

**27.18** A Pregoeira poderá solicitar quando julgar necessário a inclusão de documentos complementares, após a disputa, para melhor instrução processual (**Documentos Complementares (Pós-disputa)**).

**27.19** Documentos passivos de enquadramento no **Acórdão 988/2022/TCU “texto do Acordão”.**

**a) Declaração** de Comprometimento dos Requisitos de Habilitação;

**b)** **Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP.,** firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, com data de emissão não superior a **30 (trinta) dias** da abertura da licitação;

**c) Declaração** da licitante, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de **fatos supervenientes impeditivos** de contratação e habilitação com a administração pública, conforme **Anexo 06** deste edital;

**d) Declaração assinada** por quem de direito, que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do **Anexo 07** deste edital;

**e) Declaração conhecimento e aceitação do teor do edital** e ou **Declaração de Responsabilidade**, conforme modelo constante no **Anexo 10**, de que concorda integralmente e sem restrições, com todas as condições impostas por este processo licitatório.

**f) Declaração** de **NÃO vinculo empregatício,** não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Prefeitura Municipal de Naviraí/MS), conforme modelo constante no **Anexo 11**;

**g)Apresentar** a comprovação da boa situação econômico-financeira da Licitante será demonstrado com base nos seguintes parâmetros: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas a seguir:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = \_Ativo Circulante

Passivo Circulante

**h)** Outros quando se fizer necessário e for o caso especifico a depender do objeto licitado.

**27.20** - Documentos passivos de enquadramento no **Acórdão 966/2022/TCU - Pré-Existentes - “texto do Acordão”.**

**a) Contrato Social; b) Documentos dos sócios; c) Certidão simplificada da Junta; d) Formulário de proposta; e) Balanço Patrimonial; f) Cartão de CNPJ; g) Atestado de Capacidade Técnica (quando for o caso); e h) AFE e respectiva publicação (quando for o caso).**

**PARAGRAFO ÚNICO – Os demais documentos exigidos nesse instrumento convocatório deverão ser apresentados, nos termos em que foram solicitados, não haverá interpretação diversa, para os mencionados Acordão.**

**27.21 A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DE PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**

Eu, Jaqueline Maria Garcia Mascioli, Servidora Pública Municipal, digitei o presente edital com autorização dos ordenadores de despesas, e eu, Nayara Izabela Arteman Pereira da Silva, Gerente do Núcleo de Licitações e Contratos, conforme Portaria nº. 067/2023, conferi-o e a subscrevi.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Jaqueline Maria Garcia Mascioli**

Servidora Pública Municipal

Matrícula: 2910-6

Naviraí - MS, 11 de agosto de 2023.

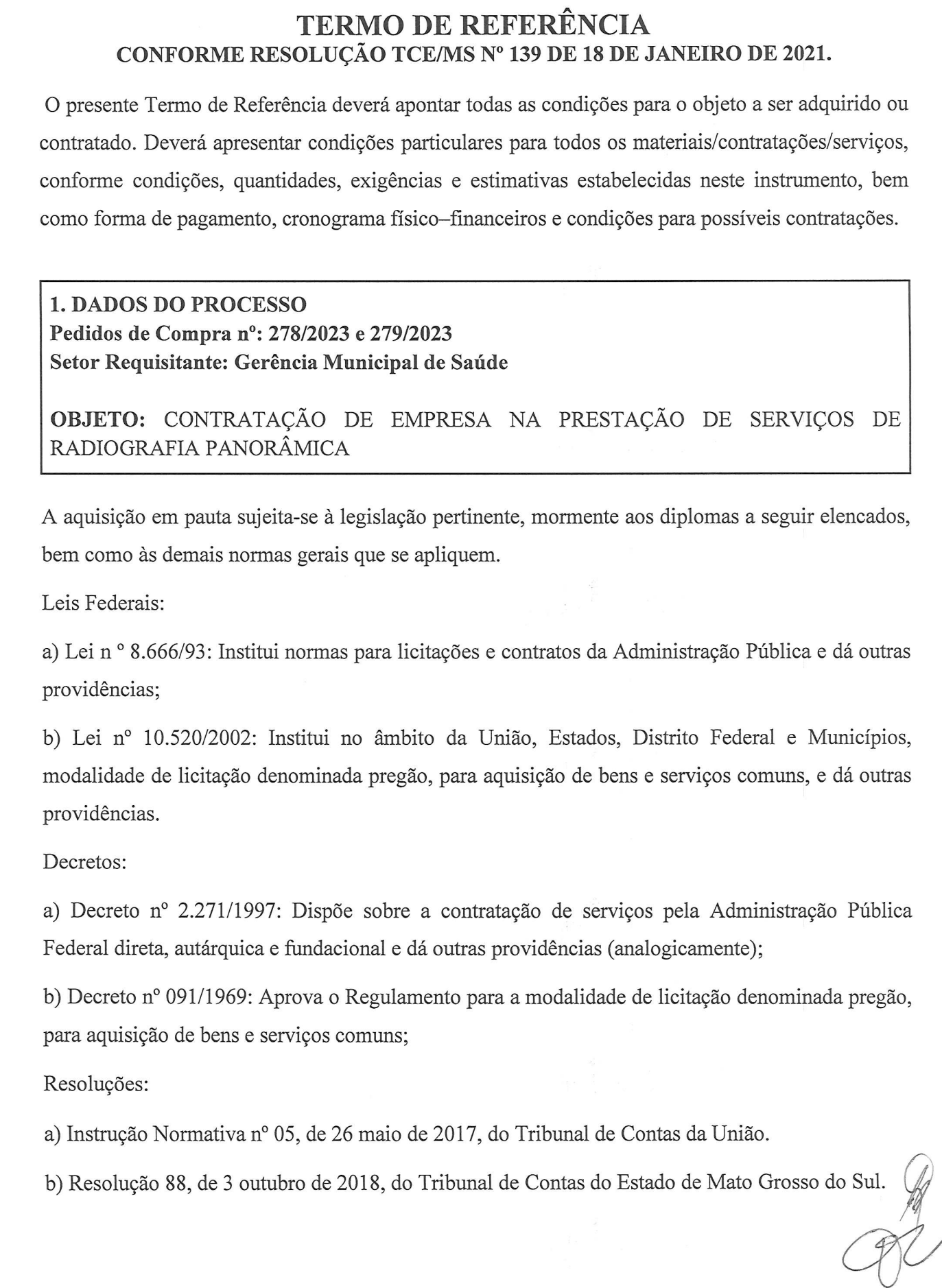
**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

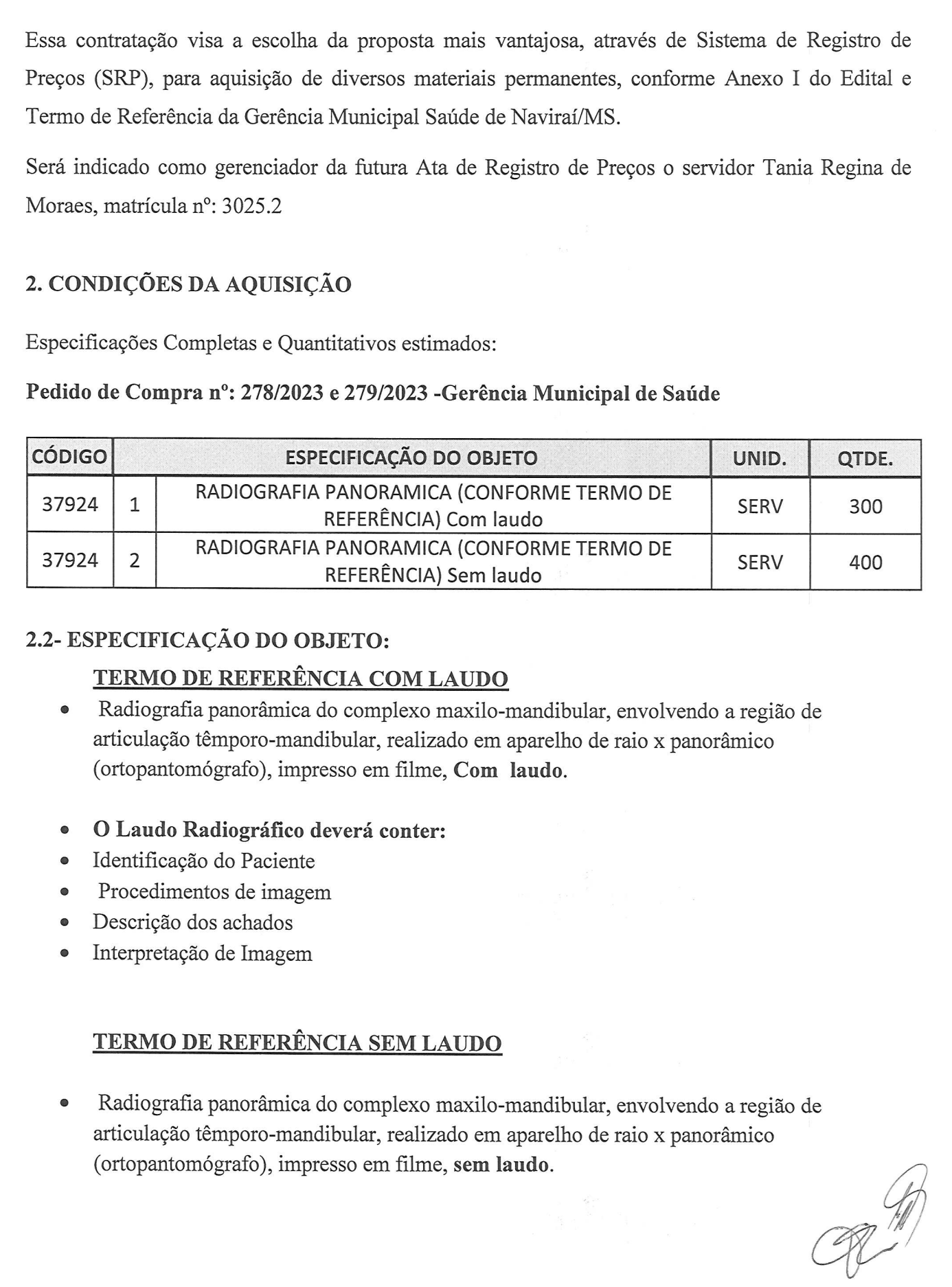
**Nayara Izabela Arteman Pereira da Silva**

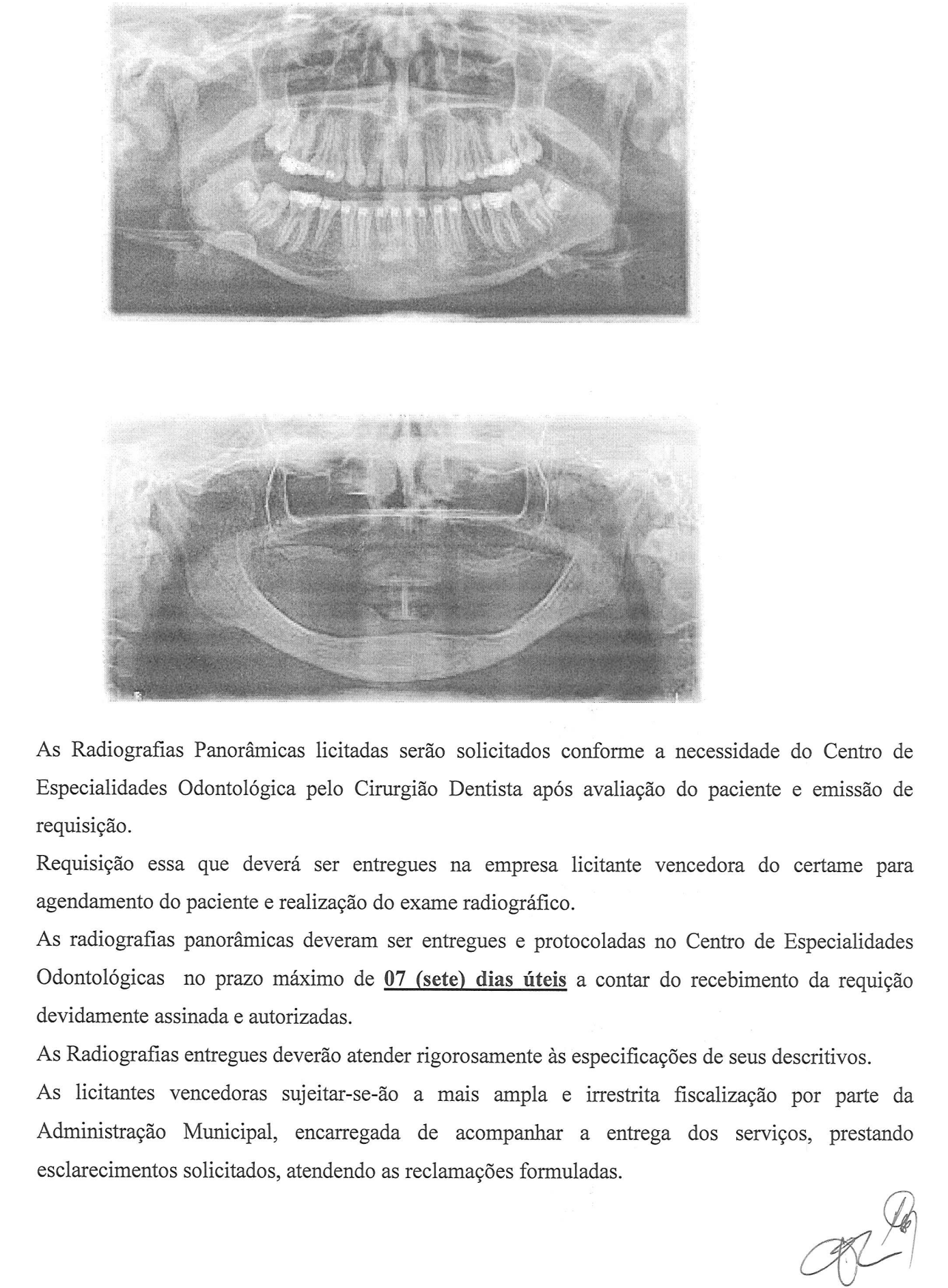
Gerente do Núcleo de Licitações e Contratos

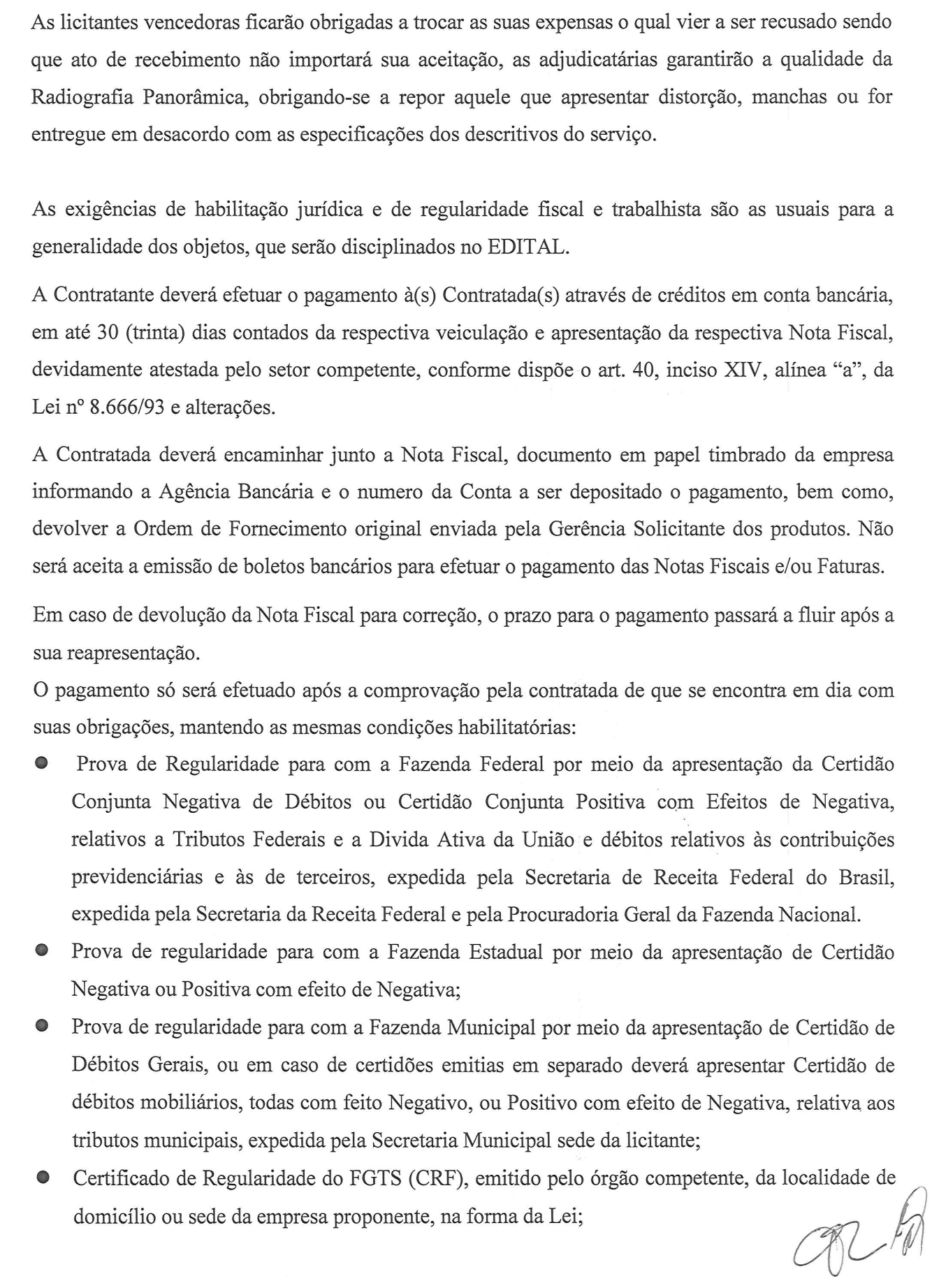
Conforme Portaria nº 067/2023

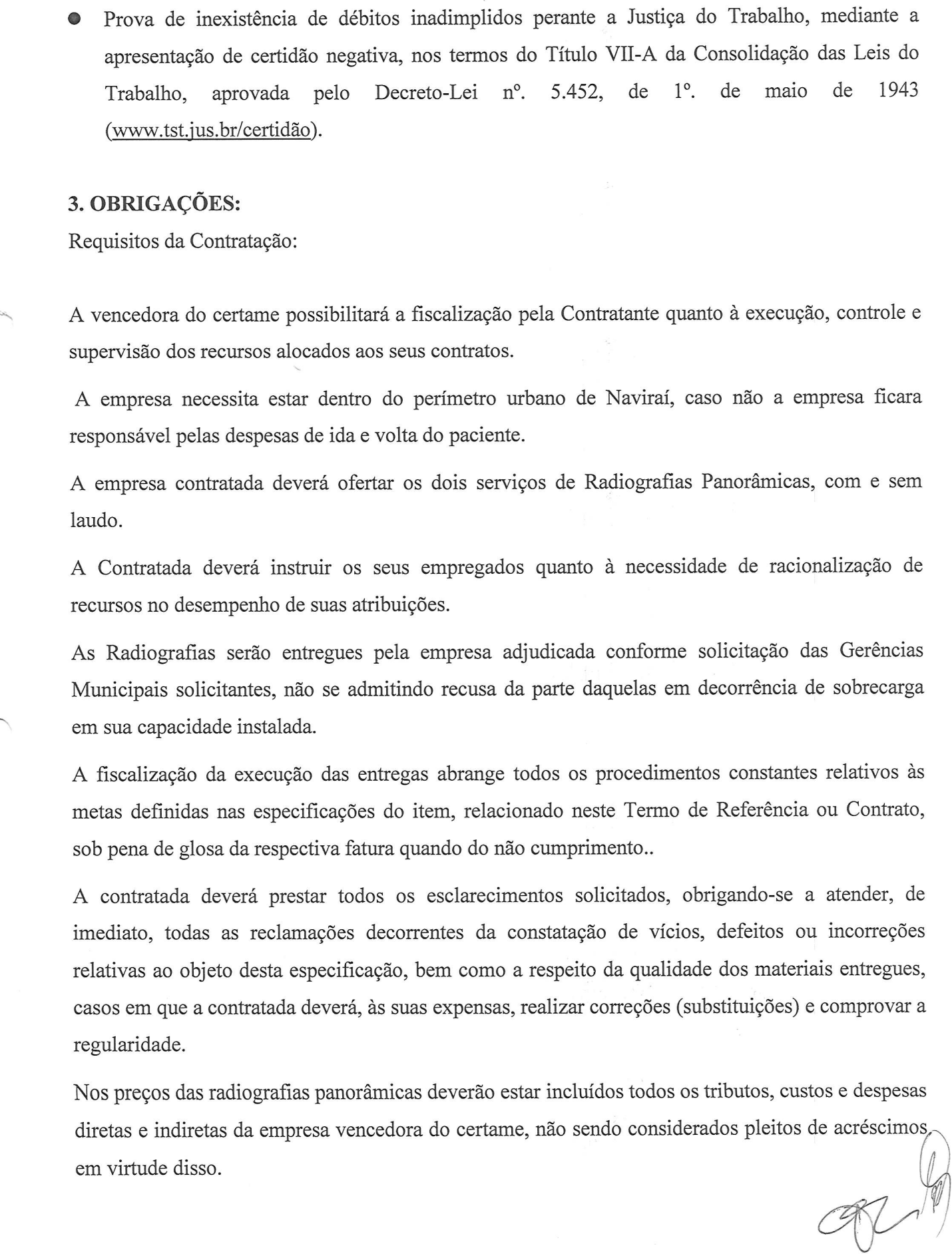
**ANEXO 01**

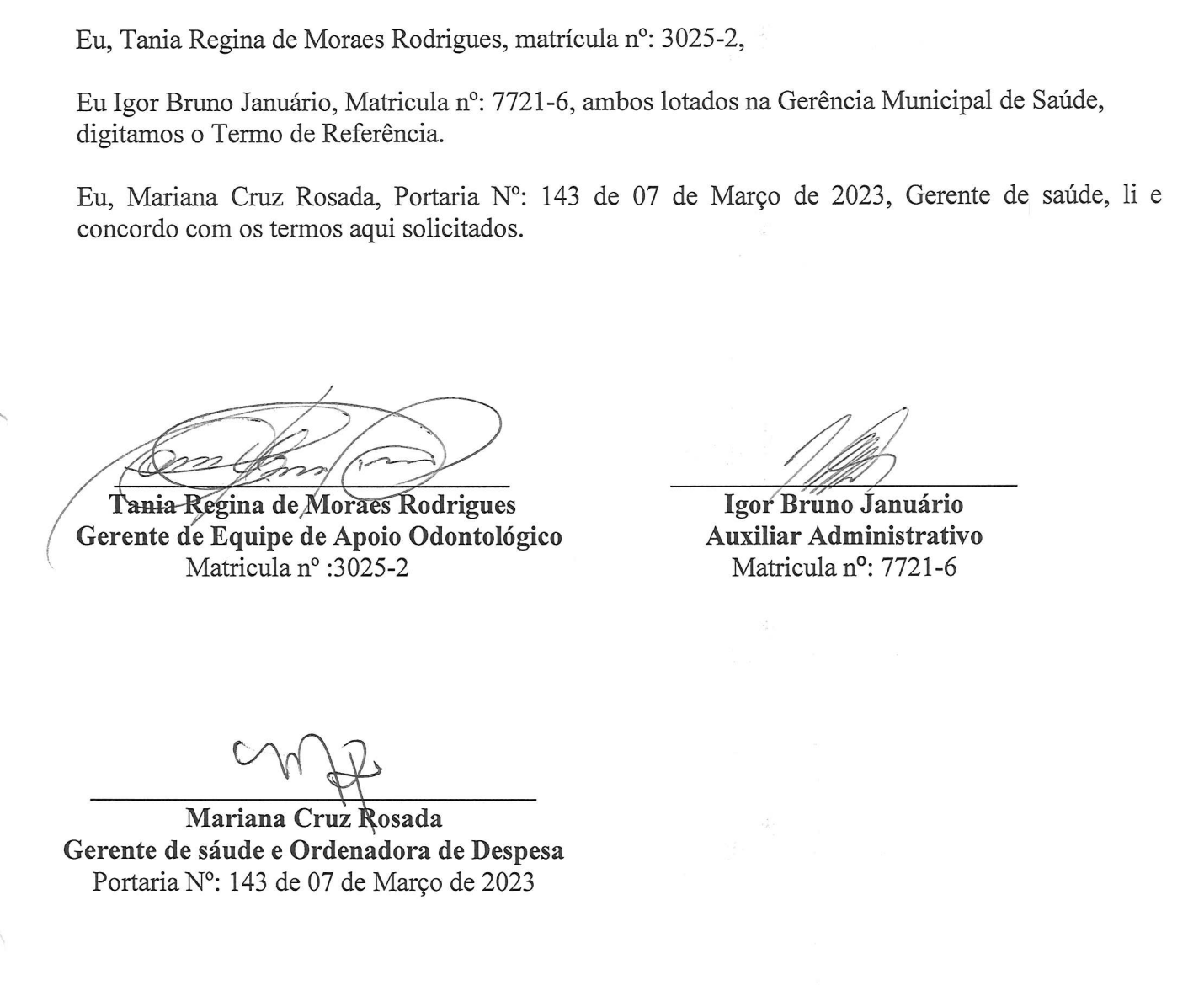












###### ANEXO 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

###### PREFEITURA DE NAVIRAÍ - MS

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PROPOSTA DE PREÇO | **TIPO DE LICITAÇÃO** | **NÚMERO** | **FOLHA** |
| **Pregão Eletrônico** | **094/2023** | **01/01** |
| **RAZÃO SOCIAL:** | | **CNPJ:** | **INSC. ESTADUAL:** |
| **ENDEREÇO:** | | **FONE-FAX:** | **E-MAIL:** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **SUBITEM** | **QT** | **UN** | **ESPECIFICAÇÃO** | **P. UNIT.** | **P. TOTAL** |
| 001 | 1.1 | 300 | SRV | RADIOGRAFIA PANORAMICA COM LAUDO (CONFORME TERMO DE REFERENCIA) |  |  |
| 1.2 | 400 | SRV | RADIOGRAFIA PANORAMICA SEM LAUDO (CONFORME TERMO DE REFERENCIA) |  |  |

|  |
| --- |
| **TOTAL GERAL R$ -** |

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº. **094/2023**, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**: MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA ABERTURA DA MESMA.

(Local)............................., data.................................de 2023.

Nome e assinatura do responsável/representante da empresa.

CPF nº..........................

**ANEXO 03**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_\_\_/2023.**

**PROCESSO Nº 233/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023**

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - MS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Weimar Gonçalves Torres n.º 862 - Centro, inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.155.934/0001-90, neste ato representado pela **Sra. Mariana Cruz Rosada,**Gerente de Saúde e Ordenadora de despesas, conforme Decreto nº. 033/2023, brasileira, portador do CPF/MF nº. 098.289.219-52 e Cédula de Identidade RG nº. 107.790.608 SESP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, a Rua Faustina Andrade da Silva, nº 220 – Bairro: Centro. Considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. **...........**, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nºs 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

* 1. **-** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA PANORÂMICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDOS DE SERVIÇOS Nº 278/2023 E Nº 279/2023**, conforme as especificações da proposta de preços apresentada no Pregão Eletrônico nº **094/2023**, Processo n° **233/2023**, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

**1.1.1 -** O termo de Referência com informações detalhadas do objeto que compões esse instrumento, está disponível para consulta no **ANEXO 0**1 do instrumento convocatório fixado no site do município <https://transparencia.navirai.ms.gov.br/licitacao/>

**1.1.2** - Os serviços devem ser prestados em conformidade com o termo de referência e devem obedecer ás normas padrões do órgão regulador, e deverá ter a qualidade para atender eficazmente á finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o **CDC - Código de Defesa do Consumidor**.

**1.1.3** - Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará em não aceitação da prestação dos serviços e possibilidade de imediata rescisão do Contrato. O não cumprimento da obrigação ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei n° 8.666/93 e Decreto 091/2005.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**2.1** - Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Centro de Especialidades Odontológicas pelo Cirurgião Dentista após avaliação do paciente e emissão de requisição.

**2.1.2** - A requisição será entregue na empresa vencedora do certame para agendamento do paciente e realização do exame radiográfico.

**2.2 -**  As Radiografias Panorâmicas deveram ser entregues e protocolizadas no Centro de Especialidades Odontológicas no prazo máximo de **07 (sete)** dias úteis a contar do recebimento da requisição devidamente assinada e autorizada.

**2.3** - As radiografias deverão atender rigorosamente às especificações contidas no termo de referência, no que diz respeito às informações técnicas, quantidade e qualidade solicitada, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis, ao bom funcionamento do serviço a serem licitados.

**2.4 -** A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais e equipamentos, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, bem como anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

**2.4.1 -** A prestação dos serviços deverá será acompanhado pelo fiscal do contrato e/ou por um servidor designado para tal função, que será responsável pela conferência dos materiais utilizados para a execução dos serviços.

**2.5** - A contratada está sujeita à fiscalização dos materiais utilizados para a prestação dos serviços e posteriormente, reservando-se à Gerência Solicitante o direito de solicitar a reparação dos serviços executados, caso este não se encontre em condições satisfatórias e/ou não atenda às exigências contidas no Edital.

**2.6** - A empresa fica obrigada a reparar danos materiais, cometido contra o bem publico, em caso de extravio dos materiais que possa causar dano a administração municipal.

**2.7 -** A licitantes vencedoras ficarão obrigadas a trocar as suas expensas o qual vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação, as adjudicatárias garantirão a qualidade da Radiografia Panorâmica, obrigando-se a repor aquele que apresentar distorção, manchas ou for entregue em desacordo com as especificações dos descritivos do serviço.

**2.8 -** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços prestados pelo prazo não inferior que aquele destinado a aquisições de serviços no **CDC- Código de Defesa do Consumidor**, obrigando-se a reporar aquele que apresentar irregularidades ou for apresentado em desacordo com o termo de referência (anexo 01) ou na proposta (anexo 02).

**Parágrafo único -** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços, não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**4.1 -** DAS OBRIGAÇÕES DO **FORNECEDOR:**

**4.1.1 -** Assinar esta Ata no prazo **máximo** de 06 (seis) dias úteis, contado da convocação;

**4.1.2 -** Prestar os serviços conforme especificação descrita no termo de referencia pelos preços registrados;

**4.1.3 -** Executar os serviços de acordo com o pactuado, não sendo aceito, em hipótese alguma, produtos similares ao licitado.

**4.1.3.1 -** Não promover nenhuma alteração do fornecimento ou especificações do bem, sem a prévia aprovação, por escrito, do Município.

**4.1.3 -** Entregar o solicitado nos respectivos endereços do órgão participante da presente Ata de Registro de Preços, IMEDIATAMENTE, após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, devidamente assinado pelas gerências solicitantes.

**4.1.3.1 -** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**4.1.4 -** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** corridos, a contar da notificação, documentação de habilitação (documentação fiscal) e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

**4.1.4.1 -**Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.1.5 -** Responder, na forma da lei, por perdas e danos eventualmente causados ao Município ou a terceiros.

**4.1.6 -** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**4.2** – **DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**4.2.1 -** Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos serviços licitados mediante o envio da Ordem de Fornecimento, a ser repassada via fax, e-mail, WhatsApp ou retirada pessoalmente pelo fornecedor.

**4.2.2 -** Receber provisoriamente os serviços licitados, disponibilizando local, data e horário para entrega/recebimento.

**4.2.2.1** - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

**4.2.3 -** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a Contratada possa fornecer os produtos dentro das especificações exigidas no Edital, Termo de Referência e demais instrumentos contratuais.

**4.2.4 -** Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local de entrega dos materiais do serviço licitado ou da retirado em caso de não aceite pelo fiscal, desde que observadas às normas de segurança.

**4.2.5 -** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos serviços licitados, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas na legislação vigente.

**4.2.6 -** Efetuar os pagamentos devidos observados as condições estabelecidas nesta Ata.

**4.2.7 -** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**Parágrafo único** - Esta Ata não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas, para aquisição dos itens licitados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**4.2.8 -** Efetuar a contratação, se assim for necessário, sendo que o contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração, conforme a minuta anexa ao Edital.

**4.2.9 -** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

**4.2.10 -** A contratante terá plena autoridade para suspender, por meio amigáveis ou não, o fornecimento do serviço prestado em desacordo com as existências do Edital e seus Anexos, total ou parcialmente, fixando prazo para a devida regularização.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**3.1 -** O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de **12 (doze) meses** a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**4.1 -** O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Gerência Solicitante e a seu referido Gerenciador, competindo-lhe:

**a)** efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos serviços registrados, bem como toda a regularidade dos materiais utilizados para a execução dos serviços, quando julgar necessário, para garantir o atendimento dos requisitos indicados na proposta de preço;

**b)** monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos serviços, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

**c)** notificar o fornecedor registrado via fax, telefone, e-mail ou WhatsApp, para retirada da nota de empenho ou documento similar;

**d)** observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

**e)** conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

**f)** coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

**Parágrafo primeiro** – As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como serem utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

**Parágrafo segundo** – A Seção de Almoxarifado auxiliará a Seção de Compras nas pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**5.1 -** Os preços registrados, a especificação dos serviços, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes do Anexo 02 desta Ata.

**5.2 -** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

**5.3 -** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Núcleo de Pregão deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

**5.4 -** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

**5.5 -** Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

**5.6 -** Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela Administração Municipal para determinado item.

**5.7 -** As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente por meio eletrônico.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**6.1 -** Os preços registrados na presente, Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I)** Por iniciativa da **Administração**:

**a)** quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**b)** se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

**II)** Por iniciativa do **fornecedor**:

**a)** mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;

**b)** quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

**6.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**6.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul (Assomasul), considerando-se cancelado o preço registrado.

**6.4 -** A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**6.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

**6.6 -** Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:**

**7.1 -** O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações, mantendo as mesmas condições habilitatórias:

**7.1.1 -** Prova de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),** da mesma licitante que participará deste Pregão, bem como, faturar e entregar o objeto licitado.

**7.1.2 -** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**7.1.3 -** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa.

**7.1.4 -** Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF),** emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei.

**7.1.5 -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidão).

**Parágrafo único -** Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:**

**8.1 -** Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o fornecedor, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

**CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES:**

**9.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

**9.2** - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

**I -** advertência;

**II -** multa de **10% (dez por cento**) do valor do contrato**,**

**III –** suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **02 (dois)** anos e,

**IV -** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.3** - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**9.4 -** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**9.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta-corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de **05 (cinco) dias** a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

**10.1 -** O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará a Administração Municipal o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**10.2 -** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93 constituem motivos para a rescisão da contratação:

1. atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Administração Municipal;

**b)** o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Administração Municipal.

**Parágrafo único -** Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

**10.3 -** A Administração Municipal de Naviraí é reconhecida o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**11.1 -** A despesa decorrente desta Licitação correrá à conta dos orçamentos dos exercícios, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa será consignado no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente**.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**12.1** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICIDADE:**

**13.1 -** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios (Assomasul), conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e no site [www.navirai.ms.gov.br/licitacoes](http://www.navirai.ms.gov.br/licitacoes)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1 -** Fica eleito o Foro da Comarca de Naviraí Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**14.2** - Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**

NAVIRAÍ - MS, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_/2023.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **MARIANA CRUZ ROSADA**  Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas  Conforme Decreto nº. 033/2023  **(Representante legal da contratante)** | **...............................**  **Gerenciadora da Ata** |
|  |  |

Pelo **FORNECEDOR**

NAVIRAÍ - MS, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(nome do Representante da empresa)**

**CPF**

**(nome da empresa)**

**CNPJ**

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. \_\_\_\_\_/2023.**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº. \_\_\_\_\_, celebrada entre O Município de Naviraí - MS e a empresa \_\_\_\_\_, cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do **Pregão Eletrônico nº. 094/2023** – **Processo nº. 233/2023**.

Nome da Empresa:

CNPJ: Insc. Estadual:

Endereço: nº.: Bairro:

Cidade: CEP: Estado:

Telefone: Fax:

e-mail:

Responsável:

CPF: RG:

Endereço:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **CÓD.** | **DESCRIÇÃO DO ITEM** | **MARCA** | **UND** | **QTD** | **VALOR REGISTRADO UNITÁRIO** | **VALOR REGISTRADO TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL:** | | | | | | | |  |

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**

NAVIRAÍ - MS, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/2023.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **MARIANA CRUZ ROSADA**  Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas  Conforme Decreto nº. 033/2023  **(Representante legal da contratante)** | **......................**  **Gerenciadora da Ata** |
|  |  |

Pelo **FORNECEDOR**

NAVIRAÍ - MS, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(nome do Representante da empresa)**

**CPF**

**(nome da empresa)**

**CNPJ**

**ANEXO 04**

**MINUTA DO CONTRATO Nº. \_\_\_\_\_\_/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023**

**PROCESSO LICITATORIO N° 233/2023**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ E A EMPRESA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**I – CONTRATANTE e CONTRATADA**: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Weimar Gonçalves Torres nº 862 - Centro, inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.155.934/0001-90, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa .………………………, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua..................................….., inscrita no CNPJ/MF nº .......................... e Inscrição Estadual nº ............................., doravante denominada CONTRATADA.

**II - REPRESENTANTES:** Representa a CONTRATANTE a **Sra. Mariana Cruz Rosada**, Gerente de Saúde e Ordenadora de despesas, conforme Decreto nº. 033/2023, brasileira, portador do CPF/MF nº. 098.289.219-52 e Cédula de Identidade RG nº. 107.790.608 SESP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, a Rua Faustina Andrade da Silva, nº 220 – Bairro: Centro, representa a CONTRATADA o(a) Sr (a) ............................, brasileiro (a), portador (a) do CPF/MF nº .................... e Cédula de Identidade RG ..........................., residente e domiciliado na Rua ......................., ............. – bairro.............

**III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização dos gerentes e ordenadores de despesas acima relacionados, exarada em despacho constante do **Processo Licitatório nº 094/2023**, gerado pelo **Pregão Eletrônico** nº **233/2023**, que faz parte integrante e complementar deste **Contrato n° \_\_\_/2023**, como se nele estivesse contido.

**IV - FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei 8.666/93, e demais normas legais pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

* 1. - Constitui objeto deste Contrato **a** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA PANORÂMICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDOS DE SERVIÇOS Nº 278/2023 E Nº 279/2023.**

**1.1.1 -** O termo de Referência com informações detalhadas do objeto que compões esse instrumento, está disponível para consulta no **ANEXO 0**1 do instrumento convocatório fixado no site do município <https://transparencia.navirai.ms.gov.br/licitacao/>

**1.1.2** - Os serviços devem ser prestados em conformidade com o termo de referência e devem obedecer ás normas padrões do órgão regulador, e deverá ter a qualidade para atender eficazmente á finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

**1.1.3** - Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará em não aceitação da prestação dos serviços e possibilidade de imediata rescisão do Contrato. O não cumprimento da obrigação ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei n° 8.666/93 e Decreto 091/2005.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**2.1** - Os serviços serão solicitados conforme a necessidade do Centro de Especialidades Odontológicas pelo Cirurgião Dentista após avaliação do paciente e emissão de requisição.

**2.1.2** - A requisição será entregue na empresa vencedora do certame para agendamento do paciente e realização do exame radiográfico.

**2.2 -**  As Radiografias Panorâmicas deveram ser entregues e protocolizadas no Centro de Especialidades Odontológicas no prazo máximo de **07 (sete)** dias úteis a contar do recebimento da requisição devidamente assinada e autorizada.

**2.3** - As radiografias deverão atender rigorosamente às especificações contidas no termo de referência, no que diz respeito às informações técnicas, quantidade e qualidade solicitada, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis, ao bom funcionamento do serviço a serem licitados.

**2.4 -** A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais e equipamentos, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, bem como anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

**2.4.1 -** A prestação dos serviços deverá será acompanhado pelo fiscal do contrato e/ou por um servidor designado para tal função, que será responsável pela conferência dos materiais utilizados para a execução dos serviços.

**2.5** - A contratada está sujeita à fiscalização dos materiais utilizados para a prestação dos serviços e posteriormente, reservando-se à Gerência Solicitante o direito de solicitar a reparação dos serviços executados, caso este não se encontre em condições satisfatórias e/ou não atenda às exigências contidas no Edital.

**2.6** - A empresa fica obrigada a reparar danos materiais, cometido contra o bem publico, em caso de extravio dos materiais que possa causar dano a administração municipal.

**2.7 -** A licitantes vencedoras ficarão obrigadas a trocar as suas expensas o qual vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação, as adjudicatárias garantirão a qualidade da Radiografia Panorâmica, obrigando-se a repor aquele que apresentar distorção, manchas ou for entregue em desacordo com as especificações dos descritivos do serviço.

**2.8 -** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços prestados pelo prazo não inferior que aquele destinado a aquisições de serviços no **CDC- Código de Defesa do Consumidor**, obrigando-se a reporar aquele que apresentar irregularidades ou for apresentado em desacordo com o termo de referência (anexo 01) ou na proposta (anexo 02).

**Parágrafo único -** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços, não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**3.1 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da **CONTRATADA:**

**3.1.1 -** Prestar os serviços licitados com pontualidade.

**3.1.1.1 -** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**3.1.2 -** Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**3.1.3 -** Executar os serviços de acordo com o pactuado, não sendo aceito, em hipótese alguma, produtos similares ao licitado.

**3.1.4 -** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**3.1.5 -** Não promover nenhuma alteração do fornecimento ou especificações do bem, sem a prévia aprovação, por escrito, do Município.

**3.1.6 -** Responder, na forma da lei, por perdas e danos eventualmente causados ao Município ou a terceiros.

**3.1.7 -** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**3.1.8 -** Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**3.1.8.1 -** Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos itens licitados e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

**3.2 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

**3.2.1** - Receber provisoriamente os serviços licitados, disponibilizando local, data e horário para entrega/recebimento.

**3.2.2 -** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

**3.2.3 -** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

**3.2.4 -** Efetuar o pagamento devido à Contratada, na forma estabelecida, após a emissão e aceitação da Nota Fiscal Eletrônica.

**3.2.5 -** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a Contratada possa fornecer os produtos dentro das especificações exigidas no Edital, Termo de Referência e demais instrumentos contratuais.

**3.2.6** - Notificar, por escrito, a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas na legislação vigente.

**3.2.7 -** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

**3.2.8 -** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

**3.2.9 -** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

**3.2.10 -** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**3.2.11 -** A contratante terá plena autoridade para suspender, por meio amigáveis ou não, o fornecimento do serviço prestado em desacordo com as existências do Edital e seus Anexos, total ou parcialmente, fixando prazo para a devida regularização.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** - O valor total do fornecimento, ora contratado é de R$ ........................ ( ............................... ), fixo e irreajustável, correspondente ao(s) seguinte(s) item(s):

**REQUISIÇÃO DE EMPENHO N° \_\_\_\_\_\_\_/2023 - (Gerência)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **CÓD.** | **DESCRIÇÃO DO ITEM** | **MARCA** | **UND** | **QTD** | **VALOR REGISTRADO UNITÁRIO** | **VALOR REGISTRADO TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL:** | | | | | | | |  |

**4.2** - No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

**4.3** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva prestação dos serviços desta licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

**4.4 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento, bem como, devolver a Ordem de Fornecimento original enviada pela Gerência Solicitante dos produtos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**4.5** - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

**4.6 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**4.7 -** O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações, mantendo as mesmas condições habilitatórias:

**4.7.1** - Prova de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ), da mesma licitante que participará deste Pregão, bem como, faturar e entregar o objeto licitado;

**4.7.2 -** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União e débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

**4.7.3 -** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** por meio da apresentação de Certidão de Débitos Gerais, ou em caso de certidões emitias em separado deverá apresentar Certidão de débitos mobiliários, todas com feito Negativo, ou Positivo com efeito de Negativa, relativa aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante/participante;

**4.7.4 -** Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF),** emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;

**4.7.5 -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidão).

**Parágrafo único -** Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**5.1 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o inciso I, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**5.2 -** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**5.2.1 -** Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO**

**6.1 -** O prazo de vigência do contrato será de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_dias, contado da assinatura deste instrumento até o dia \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**7.1 -** As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) seguinte(S) dotação(ões): .....................................................

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

**8.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

**8.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

**I -** advertência;

**II -** multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

**III -** suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **02 (dois) anos** e,

**IV-** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**8.3** - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**8.4** - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**8.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de **05 (cinco) dias** a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

**8.6 -** As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**9.1 -** A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e restrito da Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**10.1 -** Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1 -** Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato, a pessoa indicada no Ato intitulado “**ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO”.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Naviraí Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**12.2** - E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Naviraí – MS, \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/2023.

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| **MARIANA CRUZ ROSADA**  Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas  Conforme Decreto nº. 033/2023  **(Representante legal da contratante)** | **Representante Legal** CPF: ........................ **EMPRESA** CNPJ: ........................ **(Representante legal da contratada)** |
|  |  |
|  |  |

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome 1** Servidor (a) Público Municipal Matrícula: .......... | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome 2** Servidor (a) Público Municipal Matrícula: ............. |

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO Nº\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ .**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 233/2023**

**EMPRESA: .............................................................**

**CNPJ Nº: ..........................................................**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA PANORÂMICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDOS DE SERVIÇOS Nº 278/2023 E Nº 279/2023.**

A **Sra. Mariana Cruz Rosada**, Gerente de Saúde e Ordenadora de despesas, conforme Decreto nº. 033/2023, brasileira, portador do CPF/MF nº. 098.289.219-52 e Cédula de Identidade RG nº. 107.790.608 SESP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, a Rua Faustina Andrade da Silva, nº 220 – Bairro: Centro; no uso de suas atribuições designam os fiscais de Contratos, em conformidade com o art. 67 da Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, e as Instruções Normativas nº 01 e nº 02/2017 do Controle Interno e a Resolução n° 54/2016do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

**Art.1º** Designar os servidores abaixo com o encargo de Fiscal do Contrato nº. \_\_\_\_\_\_\_ / 2023.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Gerência** Ordenadora de Despesa | **FISCAL TITULAR** | | **FISCAL SUPLENTE** | |
| Nome: | Matrícula | Nome: | Matrícula |
| Saúde |  |  |  |  |

**Art. 2º**São atribuições do fiscal de contrato:

**I -** Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

**II -** Manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas, das providências que determinaram os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à autoridade superior sobre ocorrências para ciência e apreciação para providências;

**III -** Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno Externo;

**IV -** Propor mediante apreciação do Gestor a aplicação de sanções administrativa à contratada em virtude de inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais e instruções e ordens da fiscalização

**V -** Atestar a entrega dos materiais, mediante relatório consolidado, para posterior pagamento;

**VI -** Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

**VII -** Manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência.

**Art. 3º** Dê ciência aos interessados.

**Art. 4º** Autue-se no processo.

Naviraí - MS,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **MARIANA CRUZ ROSADA**  Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas  Conforme Decreto nº. 033/2023 | **...............................................**  **Nome:**  **Matrícula:** |

**ANEXO 05**

**Autorização de Compra nº.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2023**

**INSTRUMENTO EM SUBSTITUIÇÃO AO CONTRATO CONFORME § 4, ART. 62 E ART. 55 DA LEI 8.666/93. (licitações e contratos).**

**DATA DE EMISSÃO: \_\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.**

# AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS REFERENTE AO PEDIDO DE EMPENHO Nº.: \_\_\_\_

# PROCESSO Nº.: 233/2023

**Pregão Eletrônico Nº.: 094/2023**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EMPENHO CONTÁBIL Nº** | |  |
| Fornecedor | : | |
| Cidade | : | |
| CNPJ | : | |
| Órgão |  | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade | : | | | | |
| Objeto | **: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOGRAFIA PANORÂMICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDOS DE SERVIÇOS Nº 278/2023 E Nº 279/2023.** | | | | |
| Órgão | Função | Programa | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa | Cód. Red. da Despesa |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Cód.** | **Discriminação** | **Marca** | Quant. | **Vl. Unitário** | **Vl. Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| VALOR TOTAL | **R$** |

|  |
| --- |
| **LOCAL DE ENTREGA:** |
| **FORMA DE PAGAMENTO: EM 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A APRESENTAÇÃO DA FATURA DEVIDAMENTE ATESTADA.** |

**ATENÇÃO**:

A licitante vencedora ficará obrigada, a prestar os serviços de acordo com especificações solicitadas, caso o serviço venha a ser recusado por estar em desconformidade com o solicitado a restituição e reparação, deveram ser por conta da empresa, ressalta-se sendo que ato de recebimento do serviço não importará sua aceitação.

A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva entrega dos serviços licitados, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

As Notas Fiscais devem obrigatoriamente vim acompanhadas dos seguintes documentos:

* Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da **União**, abrangendo às Contribuições Sociais, de acordo com a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.
* Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos de Tributos **Municipais**;
* Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**).
* Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito **Trabalhistas** – CNDT.

**MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes multas advertência;

1. De 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido.
2. De 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços licitados, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

**Observação:** O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado.

1. 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;
2. Caso a vencedora não efetue prestação dos serviços, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho do item não entregue, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis.

* A multa será cobrada de forma de administrativa ou judicial.

|  |
| --- |
| **MARIANA CRUZ ROSADA**  Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas  Conforme Decreto nº. 033/2023  **(Representante legal da contratante)** |

**ANEXO 06**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES**

DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome da Empresa

(CNPJ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,com sito à (endereço completo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores).

Local e Data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do responsável legal

Obs.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.

**ANEXO 07**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGOS A MENOR**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**ANEXO 08**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº. **094/2023** da Administração Municipal de NAVIRAÍ-MS. Declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

Obs. Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, entes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preços e documentos de habilitação) exigidos nesta licitação.

**ANEXO 09**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LEI 123/06 E 147/14**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, afirmo como representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrita nº. CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

(Observação: Declaração terá validade de 30 dias após sua emissão)

**ANEXO 10**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital deste **PREGÃO ELETRÔNICO** **Nº 094/2023**, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do CNPJ

**ANEXO 11**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTIR VINCULO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que não integra entre seus colaboradores, em seu quadro de colaboradores, nenhum empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração pública municipal.

**Local e data, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**ANEXO 12**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 094/2023**

**FICHA DE CADASTRO DE REPRESENTANTE PARA PREENCHIMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO OU CONTRATO.**

EMPRESA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, INSCRIÇÃO ESTADUAL:\_\_\_\_\_\_\_\_\_, TEL. DA EMPRESA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, TEL. REPRESENTANTE:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O INSTRUMENTO DO CONTRATO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO E/OU CONTRATO.

NOME:

CPF Nº:

RG Nº:

ENDEREÇO COMPLETO.